



OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS ESCOLAS NEOLIBERAIS DO SÉCULO XX: IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Thaís Godoi de Souza - PPE/UEM/Bolsista CAPES

Ângela Mara de Barros Lara - PPE/UEM

Resumo: O presente estudo tem como objetivo apresentar os fundamentos teórico-metodológicos das duas escolas neoliberais postas no século XX, a Austríaca e a de Chicago, e suas implicações no campo educacional. Para tal, utilizamos como fontes as obras: *O Caminho da Servidão* (1990) de Hayek; *Capitalismo e liberdade* (1988) de Friedman e *O capital humano* (1973) de Schultz. Observou-se nos escritos dos referidos intelectuais neoliberais a primazia pela liberdade econômica de mercado, a liberdade individual e a defesa de um Estado que assuma a diminuição dos gastos sociais e não intervenha na economia. As escolas neoliberais são aliadas do modo de produção capitalista, sendo uma forma de fortificá-lo pela divulgação do mercado como promotor da liberdade, regulador da economia e da vida social. O ideário neoliberal influenciou as reformas educacionais na América Latina, bem como outras regiões, adaptando a educação ao mercado e a sociedade de classes.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Escolas neoliberais. Educação.

1 Introdução

O presente estudo tem o intuito de apresentar os fundamentos teórico-metodológicos das duas escolas neoliberais postas no século XX, a Austríaca e a de Chicago, e suas implicações para o campo educacional. Para tanto, utilizamos como fontes a obra *O Caminho da Servidão* (1990) de Hayek; *Capitalismo e liberdade* (1988) de Friedman e *O capital humano* (1973) de Schultz. O cenário que o objeto de estudo se encontra é o século XX, onde predomina o modo de produção capitalista em seus diferentes estágios.

As ideias neoliberais passam a ter grande difusão a partir de 1973, quando os países imperialistas entram em recessão depois de quase trinta anos de crescimento econômico. Segundo os neoliberais a crise do sistema se constituía no poder excessivo dos sindicatos e do movimento de trabalhadores, que ao garantir a expansão dos direitos sociais tinham impulsionado o desgaste da lucratividade das empresas. Desse modo o Estado neoliberal retiraria o poder dos sindicatos, diminuiria os gastos com as questões sociais, reduzindo ao máximo sua intervenção na economia (HARVEY, 2008).

O neoliberalismo considera a propriedade privada a base da liberdade individual. A implantação das políticas neoliberais de acordo com Harvey (2008) foi um projeto de classe, na busca da restauração do poder das elites e da acumulação do capital, bem como, um meio de neutralizar a esquerda em todo o globo, em combate ao comunismo. Com as crises dos anos de 1970, que gerou desemprego, inflação, queda da taxa de lucro e miséria, fez com que a adoção das políticas neoliberais em 1980 controlasse esses problemas. Os pressupostos teóricos desenvolvidos pelos autores elencados auxiliaram o modo de pensamento dominante a se tornar uma ferramenta conceitual, que obteve sucesso depois de 1973 com o fim do keynesianismo e a ascensão da acumulação flexível.

De acordo com Harvey (2008) os defensores do neoliberalismo exercem influência considerável na educação, nos meios-de-comunicação, em instituições financeiras que desempenham a regulação das finanças no globo, bem como, em organismos multilaterais. Esse último representado, especialmente pelo Banco Mundial e UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esses dois organismos entendem a educação como solução para a desigualdade social, alívio da pobreza e desenvolvimento econômico.

Para melhor compreensão deste trabalho, estruturamos o texto em dois momentos, no primeiro, trazemos as contribuições e a abordagem teórica sobre a consolidação do ideário neoliberal no século XX. No segundo e, último momento, apresentamos a síntese das duas escolas neoliberais, a escola Austríaca e de Chicago e, suas implicações ao campo das políticas educacionais.

2 A CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO SÉCULO XX

O termo neoliberalismo assumiu alguns significados, durante a década de 1970¹, em especial, corrente de pensamento, doutrina e movimento intelectual organizado. Partimos da concepção de Moraes (2001) sobre neoliberalismo, sendo “Um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945) [...]” (MORAES, 2001, p.10). Constituindo-se um ideário, fruto das bases materiais do capital da época. Moraes (2001) aponta que esses significados do termo neoliberalismo, possuem um mesmo objetivo, retomar um modelo ideal e de atualização dos valores liberais do século XVIII e XIX, com retorno da organização econômica baseada na,

¹ Período em que se consolidou.

[...] livre circulação de capitais e mercadorias, no regime monetário do chamado padrão ouro. Desse modo, o liberalismo clássico foi em certa medida a ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro em expansão-e um ataque às regulações políticas produzidas pelas corporações de ofício e pelo Estado mercantilista (MORAES, 2001, p.10).

O ideário neoliberal é a ideologia do capitalismo na fase da financeirização da riqueza, “[...] a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil - e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro mundismo e o desenvolvimento latino-americano” (MORAES, 2001, p.11).

No século XIX a burguesia criou condições concretas para seu modo de produção, sendo a mercadoria o centro da vida econômica. Instaurada a sociedade capitalista assinalada pelo desenvolvimento das forças produtivas, em seus anos de existência foi reestruturada e novos estágios apareceram.

O sistema capitalista vinha experimentando, desde os últimos trinta anos do século XIX, uma série de substantivas transformações. Nenhuma delas lhe retirava a sua estrutura essencial, mas todas confluíam para configurar um novo estágio na história do capitalismo, a que se denominou imperialismo (NETTO, 2011, p.178).

Esse estágio do capitalismo, denominado imperialismo, nasce nas últimas décadas do século XIX e se prolonga no século XX e XXI, caracterizando-se pelo capital financeiro, que prima por obter lucros acima do previsto; desviando-se dos efeitos da queda da taxa de lucro; expandindo sua produção e o desenvolvimento dos monopólios. No início dos anos de 1970, depois de quase trinta anos de sucesso do capital, conhecido como os anos dourados², o modelo fordista e a fase keynesiana entram em decadência enfrentando a queda da taxa de lucro, esgotamento do modelo taylorista/fordista de produção, crise do Estado de bem-estar social ou *Welfare State*, hipertrofia da esfera financeira e aumento de privatizações (ANTUNES, 2005).

De acordo com Antunes (2005), a crise do modelo de produção, se caracterizou por uma crise estrutural do capital, pela diminuição da taxa de lucro, da incontornabilidade do sistema³ e pela sua lógica destrutiva. O processo de reorganização do capital e de seu domínio ideológico e político tiveram como “resultado” o advento do neoliberalismo. Nas palavras de Harvey (2008) o neoliberalismo,

² Compreende o fim da Segunda Guerra Mundial até o final de 1960, de acordo com Netto (2011).

³ Incontornabilidade refere-se às dificuldades cada vez mais acentuadas (a cada crise) para manter o controle da ordem capitalista, devido as suas crises estruturais e contradições de seu sistema (ANTUNES, 2005).

[...] propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e, passou a afetar os modos de pensamento, que se incorporou às maneiras cotidianas de muitos sujeitos interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 2008). Nesse cenário do século XX estão inseridos os autores das escolas neoliberais e, é em decorrência dessa estrutura econômica e política, de altos e baixos do capitalismo que Friedrich Hayek, Milton Friedman e Theodore Schultz, vão se pautar para fundamentar seus trabalhos. Todos eles retomam e se baseiam no liberalismo econômico de Adam Smith, no individualismo metodológico e egoísmo que o autor expressou na origem da divisão do trabalho, bem como, na ideia de Estado mínimo. Princípios esses que balizaram a abordagem metodológica dos autores citados.

A sociedade, para os liberais e neoliberais, é a somatória das individualidades e interesses de cada um, pois cada indivíduo realiza seu próprio interesse (MORAES, 2001). As produções das escolas neoliberais são expressões de determinadas relações contraditórias, baseadas na luta de classes e contradições da vida social.

3 AS ESCOLAS NEOLIBERAIS: AUSTRÍACA E DE CHICAGO

Nessa seção nos preocupamos em expor os fundamentos teórico-metodológicos das escolas neoliberais, a Austríaca e de Chicago. Elencamos algumas das obras de intelectuais dessas escolas para análise, como, o *Caminho da Servidão* (1990) de Hayek; *Capitalismo e liberdade* (1988) de Friedman e *O capital humano* (1973) de Schultz. O intuito é apresentar as implicações e contribuições para o campo educacional nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

3.1 A Escola Austríaca

Essa escola teve como principal autor Friedrich August Von Hayek, nascido em Viena-Aútria em 1899, economista adepto a teoria neoclássica e posteriormente crítico da mesma, recebeu o prêmio Nobel de economia em 1974. *O Caminho da Servidão*, obra escrita na Inglaterra, entre 1940 e 1943, expõe um ataque aos dispositivos estatais postos em sua época, pois esses ameaçavam as liberdades econômicas e políticas dos indivíduos. O alvo da crítica de Hayek era a social-democracia europeia e o pensamento keynesiano⁴ em ascensão. É preciso assinalar que a referida obra de Hayek permaneceu adormecida por aproximadamente trinta anos, já que em seu ano de publicação, 1944, os países imperialistas começariam a viver o auge do crescimento econômico. Foi na década de 1970 que seu escrito ganhou relevância, visto que, foi preciso encontrar uma alternativa para sanar a crise capitalista⁵ (MATOS, 2008).

É explícito em *O caminho da servidão*, a adversidade de Hayek ao socialismo. Ele não estabelece distinção entre as questões políticas. O totalitarismo, nazismo, fascismo, socialismo e estado de bem-estar social, são parte de uma mesma base comum para o autor. Hayek (1990) define socialismo, assegurando ser a estatização dos meios de produção e o planejamento econômico central, que posteriormente assumiu a forma de redistribuição da renda por meio da tributação do Estado (*Welfare State*).

Hayek participou de discussões com Von Mises⁶ contra os teóricos socialistas e, concluíram que o socialismo estava fadado ao fracasso, dessa forma iniciou uma tentativa de reconquistar a hegemonia do liberalismo no capital. Hayek propôs um encontro a indivíduos e grupos empresariais engajados na “promoção das liberdades econômicas individuais” em Mont Pèlerin-Suíça para o combate ao *Welfare State* e *New Deal*⁷. Nesse encontro discutiram e encaminharam em outros espaços internacionais a produção teórica do ideário neoliberal no

⁴ John Maynard Keynes criou “uma teoria para mostrar justamente que o mercado poderia levar ao péssimo social, trabalhar abaixo do nível de pleno emprego, produzindo recessão, desemprego e miséria” (PAULANI, 2006, p.70). Primou por um estado regulador, interventor, isto é, o Estado do Bem Estar Social.

⁵ A longa expansão econômica, conhecida como os “anos dourados”, esgotou-se na década de 1970. Entre 1971 e 1973 houve declínio da taxa de lucro nos países centrais e redução do crescimento econômico. “[...] Em 1974-1975, registra-se uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas [...]” (NETTO, 2011, p.224). Netto (2011, p.224) sintetiza uma estratégia articulada para saída das crises e retomada do crescimento econômico pelo capital: “[...] a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal”.

⁶ Ludwig Von Mises (1881-1973) austríaco, considerado líder da escola austríaca do pensamento econômico, lançou o primeiro tratado de economia do século XX e introduziu a análise econômica, com foco nas ações humanas.

⁷ Políticas estatais baseadas na promoção do bem-estar social.

intuito de cooptar intelectuais, acadêmicos e partidos a favor desse ideário (VIDAL, 2006, p.03).

Segundo Hayek (1990) a doutrina liberal é favorável ao emprego de forças da concorrência para coordenar os esforços humanos. A concorrência dispensa a necessidade de um controle social consciente. A manutenção da concorrência é incompatível com um amplo sistema de serviços sociais. Ressalva que é possível manter os serviços sociais, desde que não se coloque em risco a concorrência.

Em relação a sua abordagem metodológica Hayek (1990) trabalha com o indivíduo e, não partilha do conceito de homem econômico, aquele dotado de racionalidade, fragmentado que apenas consome, produz e tem interesses pessoais. Trabalha na concepção do individualismo metodológico, caracterizado pelo preceito onde os fenômenos sociais são explicados com base nas ações e intenções dos indivíduos bem como, do subjetivismo metodológico, na qual o indivíduo percebe o mundo tal como ele é, e se mostra para cada um de modo particular. Os planos individuais são objetivados e criados na mente dos agentes individuais (PAULANI, 1996; 2005). Hayek (1990) assume que o individualismo não é egoísmo, é o respeito pelo indivíduo como ser humano, reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual.

Hayek (1990) ataca qualquer forma de intervenção do Estado na economia, e, afirma que o Estado liberal, é a melhor escolha e saída para uma sociedade harmônica. Suas formulações estão baseadas em suas próprias ideias, assumindo caráter ideológico e doutrinário. Seu objetivo foi resgatar aquilo que estava perdido, isto é, o liberalismo. Defende o mercado como a única instituição que respeita a primazia do indivíduo e a liberdade de escolha do mesmo. Adquire a forma de programa social que trabalha a favor da ordem capitalista na busca do consenso popular e da lapidação de consciências.

3.2 A Escola de Chicago: Por Milton Friedman e Theodore Schultz

A escola de Chicago é representada por Theodore Schultz⁸ e Gary Becker⁹ que tratam sobre o capital humano e, Milton Friedman, intelectual da mídia desta escola. Abordaremos nesse momento as contribuições da obra *Capitalismo e Liberdade* de Friedman e, de Schultz

⁸ Theodore William Schultz (1902-1998) foi professor do departamento de economia da Universidade de Chicago, formulador da idéia de capital humano. Recebeu o prêmio Nobel de economia no ano de 1979.

⁹ Professor do departamento de economia e sociologia da Universidade de Chicago, prêmio Nobel de econômica em 1992 por ampliar o trabalho de análise econômica a outras esferas do conhecimento. Contribuiu com a teoria do capital humano, com o artigo *Investimento em capital humano: uma análise teórica*, 1962.

sobre *O capital humano*, no intuito de apresentar os principais conceitos nas obras citadas e estabelecer relações com a educação.

Milton Friedman (1912 -2006), economista liberal, cidadão estadunidense, atuou no Departamento de economia da Universidade de Chicago, recebeu o prêmio Nobel de economia em 1976. Além de escritor sempre esteve presente na mídia, nos anos de 1970 e 1980 apresentou duas séries na televisão, *Liberdade para escolher* e *A tirania no status quo*¹⁰. Defensor da economia de mercado e da liberdade econômica, em sua obra *Capitalismo e liberdade* publicada em 1962, expõe suas formulações sobre situações da sociedade capitalista.

Para o autor as liberdades individuais só serão atendidas e reguladas por um sistema de mercado. Essa obra é considerada a síntese de seu pensamento, sua tese é discutir o papel do capitalismo competitivo, isto é, as organizações privadas, operando e movimentando um mercado livre. Coloca-se contrário a qualquer organização coletiva, critica a tendência ao coletivismo, pois acredita que essas destroem a liberdade dos sujeitos.

Friedman (1988) pouco utiliza o termo Estado e emprega mais o termo governo. Para ele o governo pode ter um mínimo de controle e poder, mas que não seja interventor e nem planejador. O papel do governo é o de realizar aquilo que o mercado não consegue fazer, ou seja, “[...] determinar, arbitrar e por em vigor as regras do jogo” (FRIEDMAN, 1988, p.33). O objetivo da intervenção do governo na sociedade segundo Friedman (1988) era dar uma contribuição e evitar a estagnação, no intuito de manter o equilíbrio econômico. O ponto fundamental para nosso estudo na obra de Friedman é o papel do governo na educação. Friedman (1988) critica a intervenção governamental na educação, pois crê que não há uma troca nítida entre os beneficiados e o fomentador. Coloca-se a favor da educação para a população, já que sem um mínimo de alfabetização é impossível ter uma sociedade democrática e estável, porém estabelece critérios, defendendo a iniciativa privada no processo educativo, e repassando a responsabilidade com os custos da instrução à família. Desse modo, o governo diminuiria seus gastos com o setor educacional.

Deitos (2008) considera que o liberalismo educacional expresso na referente obra de Friedman influenciou as tendências ideológicas da educação brasileira nas décadas de 1980, 1990 e anos 2000. O eixo central da doutrina liberal é que o mercado pode gerar um consenso entre os indivíduos e regular suas relações individuais e sociais. Friedman critica a ação do governo na oferta da educação pública.

¹⁰ Informações baseadas na galeria dos autores liberais do Instituto liberal, disponível em http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923. Acesso em Nov.2011.

Nesse sentido Deitos (2008), salienta que a intervenção governamental no campo da educação pode ser interpretada pelos efeitos laterais e pelo interesse paternalista de crianças e outros indivíduos. Esses pressupostos são referências para Friedman formular propostas para a instrução primária, secundária e superior e da preparação vocacional e profissional. Para Friedman (1988), os subsídios governamentais devem atender somente a população carente, para que não interfira no mercado.

Referente às instruções de nível superior e a preparação vocacional e profissional, Friedman (1988) confessa que os indivíduos devem ser responsabilizados pelos seus investimentos, já que em sua época nos EUA a despesa dessas instruções derivava dos impostos comuns, e o indivíduo que “desfrutava” desse benefício não arcava com esse custo, nesse sentido, esclarece que esse fato é uma forma de prejudicar outros indivíduos.

Friedman explica que as verbas gastas em educação não são tão interessantes, pois há pouco retorno social desse investimento. Para o autor, o governo não tem controle sobre as ações, ao investir, não há um retorno visível. A pobreza, em seu ponto de vista, é um fenômeno natural, no entanto, se põe a favor da caridade privada e acredita que a distribuição a população carente não devia ser por programas sociais oferecidos pelo governo e, sim, por meio do uso do dinheiro para satisfazer suas necessidades básicas, gerando circulação no mercado.

A abordagem metodológica do autor se sustenta nas formulações do individualismo e subjetivismo metodológico, já que ele se pauta em exemplos singulares. Friedman (1988) explica as desigualdades a partir de exemplos de desejos, necessidades, individualidades, ações, vontades, preferências, na perspectiva singular, individual e subjetiva. A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente a obrigação de não interferir na liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo. Friedman (1988), ainda, faz a defesa do mercado como agente regulador e promotor do progresso da economia. E a intervenção governamental para ele se mostra incapaz de permitir esse desenvolvimento.

Theodore Schultz economista norte americano publicou em 1962 a Teoria do Capital Humano. O autor entendia que a educação era uma atividade de investimento, na qual cada indivíduo se capacitava para adquirir habilidades, para empregá-las no futuro mercado de trabalho. Essa educação, para Schultz (1973), era uma propriedade do sujeito que a recebe, não podendo ser expropriada por ninguém. Acreditava numa abordagem de investimento para a modernização da economia, resultando no crescimento econômico.

Schultz (1973) declarou que o aumento ocorrido na produção nacional durante a década de 1950 se deu em investimento em capital humano. O consumo é investimento em capital humano, assim como “[...] educação, saúde, migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos [...]” (SCHULTZ, 1973, p.31). Bem como, o treinamento no local do trabalho e uso do tempo livre para adquirir capacidades técnicas e de conhecimento.

Para Schultz (1973) o crescimento dos rendimentos do trabalhador advém dos exemplos citados. Os homens são parte importante da riqueza das nações, a força de trabalho dos seres humanos é “[...] maior que todas as formas de riqueza tomadas em conjunto” (SCHULTZ, 1973, p.32). A superioridade produtiva dos países avançados se dá pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico associados a outros investimentos humanos. As diferenças entre pessoas e seus investimentos perpassam as diferenças em saúde e educação. Para mensurar e compreender o processo de formação de capital humano, Schultz (1973) estabeleceu cinco atividades que fazem avançar as capacitações humanas,

(1) Recursos relativos à saúde e serviços, concebidos de maneira ampla de modo a incluir todos os gastos que afetam a expectativa de vida, o vigor e a capacidade de resistência, e o vigor e a vitalidade de um povo; (2) treinamento realizado no local de emprego, incluindo-se os aprendizados à velha maneira organizadas pelas firmas; (3) educação formalmente organizada nos níveis elementar, secundário e de maior elevação; (4) programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, notadamente no campo da agricultura; e (5) migração de indivíduos e de famílias, para adaptar-se às condições flutuantes de oportunidades de empregos (SCHULTZ, 1973, p.42-43).

Conforme Viana e Lima (2010) a educação para Theodore Schultz é a melhor forma de se investir em capital humano, pois esse conhecimento adquirido será incorporado em seu trabalho de forma sistemática, dando-se por meio do ensino e aprendizado. O investimento na educação aumenta a produtividade dos trabalhadores, os lucros dos capitalistas superam as dificuldades regionais, resultando na contribuição da sociedade de forma individual e coletiva. Para Schultz (1973) a educação é considerada consumo e investimento, primeiro você demanda gastos para sua execução e, posteriormente essa aquisição eleva sua renda e você a investe em conhecimento para o progresso do sistema econômico.

Pelas expressões de Schultz (1973) o investimento em educação reduz as desigualdades econômicas, permite ao sujeito melhorar sua condição de vida e gerar impacto

na sociedade. Essa idéia lembra um ciclo, a exemplo, se cada indivíduo realizar esse investimento melhorarão a renda e elevarão o crescimento da economia de sua região, essa soma de indivíduos resultará na benfeitoria de toda a sociedade potencializando sua cidade, Estado e país. Ao analisar esse argumento percebemos a visão reducionista da teoria, que não leva em conta as questões sociais, o desemprego e a instabilidade do sistema.

Frigotto (1993) salienta que a teoria do capital humano se baseia na visão neoclássica marginalista¹¹, sua concepção de homem e de sociedade faz apologia às relações existentes entre os homens no modo de produção capitalista. A suposta teoria prega o desenvolvimento e superação da desigualdade social por meio do investimento e qualificação que resultaria numa elevação da produtividade.

O raciocínio circular que Schultz utilizou é tautológico, uma explicação mono causal (FRIGOTTO, 1993). O autor trabalha na abordagem do individualismo metodológico, pois responsabiliza o indivíduo como o único ser capaz de obter sua ascensão pelo investimento, se pauta em exemplos singulares. Sua abordagem é reducionista e aceita a plenitude do homem econômico, aquele dotado de razão que faz cálculos racionais em benefício da sua individualidade, norteando suas escolhas e ações. Identificamos que o investimento para Schultz é necessário para pensar o crescimento da economia. Sua tese central baseia-se no investimento em capital humano para aumento da renda do indivíduo e da maximização da economia.

Notamos que os autores neoliberais elencados no presente texto possuem diversas semelhanças: o predomínio do individualismo, sendo a sociedade um aglomerado de indivíduos em busca de seus interesses particulares; não são contrários a existência do aparelho estatal, propõem apenas a sua não intervenção na economia; primam pela liberdade individual e competitividade; a manutenção de um Estado mínimo; o bem-estar individual elevando o bem-estar coletivo; idealizam e sustentam o mercado como hegemônico, ele se regula por si próprio. Retomam e atualizam o modelo clássico de liberalismo econômico proposto por Adam Smith, o que significa, a defesa de um Estado mínimo que não intervenha na vida privada, bem como, a liberdade, elemento essencial para a promoção da prosperidade das nações (MORAES, 2001).

¹¹ A visão econômica marginalista caracteriza-se pela postura metodológica positivista que busca apreender o funcionamento da economia mediante a análise de unidades isoladas ou agentes econômicos e, a partir desta visão atomizada, elabora uma teoria da economia como um todo mediante a agregação do comportamento destas unidades. O termo Marginalista deriva da visão de que o indivíduo, dotado de “racionalidade” e “liberdade”, faz as escolhas econômicas de acordo com a utilidade marginal ou desutilidade dos bens disponíveis (FRIGOTTO, 1993, p.35).

3.3 Implicações no campo educacional

A teoria do capital humano datada do final dos anos 1950 ainda é viva nos discursos políticos, nas escolas e nas relações sociais existentes do século XXI. As organizações multilaterais do sistema ONU, em especial, o Banco Mundial se apropriou do conceito de capital humano e inseriu-o em seus documentos na década de 1990. A questão do controle da taxa de natalidade, o ensino das mulheres, das questões preventivas de saúde, o investimento individual em educação na busca da ascensão social são expressões que Schultz (1973) já explanava em sua obra no final da década de 1950. E o Banco Mundial vai repetir e incorporar em 1996 com a publicação de *“Prioridades y Estrategias para la Educación”*¹², documento orientador para políticas educacionais distribuído aos países membros, com foco aos “periféricos”, o qual afirma que a nação que não alcança as metas propostas é porque não investe em capital humano e administra de forma ineficiente o setor educacional.

Frigotto (1993) alega que a criação da teoria do capital humano nasce de forma sistemática na reorganização do imperialismo, e desqualifica o trabalho pela crescente tendência de economizar trabalho vivo com a inserção de tecnologias, bem como, dos mecanismos de recomposição da crise capitalista, na qual permeia a miséria, o subdesenvolvimento e o desemprego. Percebemos que não é por meio do investimento humano que o sujeito aumentará a produtividade econômica de sua localidade e sua renda, as elaborações de Schultz passam por uma teoria instrumental, sem análise das questões sociais, políticas e econômicas, pois é o próprio movimento do capital que determina as relações sociais e de produção.

Milton Friedman não defende uma política social permanente, apenas um mínimo de educação geral para os cidadãos, configurando uma coesão social, na busca de consenso, o que recorda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 93.94/96¹³, que torna obrigatória apenas o ensino fundamental, meta que atende as diretrizes orientadoras do Banco Mundial para os países “periféricos”. É preciso lembrar que a LDB e outras ações da educação brasileira não foram formuladas por causa das ideias de Friedman, pois o

¹²BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación:** examen del Banco Mundial. Washington: Banco Mundial, 1996.

¹³ Lei nº9394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em jan.2012.

neoliberalismo e o capitalismo da década de 1990 são distintos da época do autor. Contudo, percebemos traços de sua teoria nas políticas educacionais.

Friedman (1988) salienta que o governo deve atuar em áreas, como por exemplo, a educação porque esta gera vantagem social, isto é, garante maior retorno ao governo. O ensino fundamental de nove anos no Brasil oferta uma educação mínima, no intuito de formar os homens para o trabalho simples, “qualificando” as classes subalternas para atender os setores informais da economia que vem crescendo durante os anos de 1990 e 2000. “As reformas educativas implementadas atualmente, na maioria dos países da América Latina, são decorrentes, portanto, do processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo mundial sob a égide dos princípios do neoliberalismo” (NETO; RODRIGUEZ, 2007, p.13). Neto e Rodriguez (2007) declaram que as reformas educativas tiveram pontos centrais, “[...] dentre os quais se destacam: os intensos processos de descentralização; a criação dos sistemas nacionais de avaliação de desempenho e de valorização docente; as reformas curriculares; as novas formas de gestão dos sistemas de ensino” (NETO; RODRIGUEZ, 2007, p.15).

De acordo com Deitos (2008) o receituário de Friedman permanece vivo em nosso cotidiano, seus postulados teóricos estão presentes nas diversas políticas educacionais, em especial, nas orientações dos organismos multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI nas últimas duas décadas. Os programas de políticas educacionais no governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva representam a ideologia pragmática do ideário liberal. O Sistema de Avaliação Brasileiro – SAEB que visa o rendimento escolar e torna as escolas competitivas entre si e serve de parâmetro para investimento público. A redução do fomento público as instituições de ensino superior, abre portas a iniciativa privada, como o Programa Universidade para Todos – ProUni marcado pela venda de vagas no setor privado pago com verba pública, além de diminuir os impostos das instituições particulares. Além das políticas focalizadas destinadas ao alívio da pobreza nos países periféricos que mostra a ordem vigente como humanitária e propaga o voluntariado, camuflando pela boa aparência as reais intenções do capitalismo.

Já a escola de Virgínia não exposta no presente trabalho, mas representada por James Buchanan e Gordon Tullock, é conhecida pela teoria da escolha pública ou *public choice*¹⁴, é uma das principais teorias que sustentam a mínima intervenção do Estado na economia e

¹⁴A *public choice* propaga a ineficiência do setor público e do governo como agentes inaptos, para seus defensores sua existência é prejudicial à sociedade, porque sua administração não seria capaz de atender aos interesses do bem comum e sim aos seus próprios interesses individuais (PEREIRA, 1997).

centra-se no fracasso do governo. A origem dessa teoria encontra-se no final da década de 1950 e 1960 (PEREIRA, 1997). Essa escola influenciou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado brasileiro¹⁵ criado em 1995, sendo um ideário de Luiz Carlos Bresser Pereira e Fernando Henrique Cardoso que expõe com todos os verbos a ineficiência da máquina burocrática da administração pública, sendo preciso adequá-la ao processo de globalização. A reforma do Estado significou a redefinição das formas de intervenção econômica e social e implantação da administração pública gerencial, no intuito de aumentar a governança e governabilidade.

Nessa perspectiva, notamos que os pressupostos teóricos das escolas neoliberais ajudam a divulgar os princípios e valores do capital, assegurando o discurso de que o mercado é promotor das liberdades individuais. A defesa da liberdade nada mais é que agregar diversos segmentos da sociedade em prol da causa de poucos (burguesia). Destarte a educação e outros setores da vida social integram a sociedade de classes, sendo o objetivo desta, moldar todas as relações sociais e de produção a sua imagem e semelhança. Existe uma “agenda globalmente estruturada para a educação” em todos os países, as forças operam transnacionalmente, ultrapassando as fronteiras do Estado-nação (DALE, 2004). A agenda global é estabelecida pela economia mundial, para atender as necessidades do capital, sendo a educação um instrumento político e ideológico que dissemina e reproduz os valores da sociedade neoliberal e de classes.

4 Considerações finais

As duas escolas neoliberais, Austríaca e de Chicago, realizam apologia as relações sociais e de produção da sociedade burguesa. São aliadas ao sistema capitalista, esse dotado de contradições, o qual precisa manter seu processo de dominação e acumulação para sua existência. Para tanto, é necessário disseminar seus valores, concepções e crenças a consciência social, pois os sujeitos inseridos nesse modo de produção são peças chave para a reprodução de uma sociedade desumana e antagônica, que produz riqueza e pobreza, simultaneamente. O capital domina as relações sociais, o que determina a vida dos sujeitos, as relações e as ações humanas passaram a ser domínio de mercado com o neoliberalismo (HARVEY, 2008).

¹⁵BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e a Reforma do Estado, 1995.

A apologia ao mercado e a sociedade burguesa é percebida nas obras dos teóricos neoliberais do século XX, a repulsa a qualquer forma coletiva, em especial, ao socialismo, este deturpado nas formulações de Hayek e Friedman, vão ao encontro do período histórico da Segunda Guerra Mundial e da guerra fria, assinalada pela disputa hegemônica política e econômica entre Estados Unidos e União Soviética. Nessa conjuntura, houve um impacto ideológico negativo sobre o movimento operário e popular. A defesa da expansão do sistema capitalista baseado na economia de mercado, na propriedade privada e no regime democrático era a pauta do Estado americano e para isso era preciso consolidar esse ideal. A teoria neoliberal ajudou nesse processo e disseminou que a liberdade individual seria garantida pela liberdade de mercado.

Referente ao campo educacional, observamos que as políticas educacionais para o século XX e XXI estão inseridas no domínio das transformações econômicas e políticas, o que as tornam flexíveis e adaptadas ao mercado, aliando-se a hegemonia burguesa e a sociedade de classes. A educação é apropriada por organismos multilaterais, os quais propõem metas, princípios e valores associados à ordem global e ao capital. É apontada como solução para as desigualdades sociais, para o alívio da pobreza, da melhoria da qualidade de vida, do crescimento econômico e do desenvolvimento de capacidades individuais. As contradições sociais foram postas pelos próprios homens, o rumo da humanidade possui muitas possibilidades, a alternativa a ser escolhida dependerá da ação humana, porque a história não é retilínea e nem teleológica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

DALE, Roger. Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação?”. Revista **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.423-460, maio/ago.2004.

DEITOS, Roberto. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. In: ZANARDINI, Isaura M.; ORSO, Paulino J. (orgs.). **Educação, Estado e sociedade capitalista**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p.25-37.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1990.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO LIBERAL. Galeria dos autores liberais do Instituto liberal. Milton Friedman. Disponível em: http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923. Acesso em Nov.2011.

MATOS, Sidney Tanaka S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. Revista **Mediações**, v.13, n.1-2, p.192-213, jan./jun. e jul./dez.2008.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai?. São Paulo: SENAC, 2001.

NETO, Antônio Cabral; RODRIGUEZ, Jorge. Reformas educacionais na América Latina: Cenários, proposições e resultados. In: NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Alda Maria; FRANÇA, Magna; QUEIROZ, Maria Aparecida (Orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro, 2007.p.13-50.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7.ed.São Paulo: Cortez, 2011.

PAULANI, Leda Maria. O homem econômico, Hayek e o individualismo. In: PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e discurso econômico**. Boitempo: São Paulo, 2005.

PAULANI, Leda Maria. Projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; ESPSVJ, 2006.

PAULANI, Leda Maria. Hayek e o individualismo no discurso econômico. Revista **Lua Nova**, São Paulo, n.38, p.95-123, dez./1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451996000200006&script=sci_arttext. Acesso em Out.2011.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?. Revista **Análise social**, Lisboa, v.XXXXI (141),p.419-442, 1997. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5sAW2pw7Dh10FX8.pdf>. Acesso em nov.2011.

SCHULTZ, Theodore William. **O Capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa: Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v.11, n.2, p.137-148, jul./dez.2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122010000200003&script=sci_arttext. Acesso em Nov.2011.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e o caminho da servidão. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v.24, n.2, maio/ago.2006. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal.pdf>. Acesso em Out.2011.

